

Topologia da formação do inconsciente: o efeito sujeito

Ângela Vorcaro*

Resumo: Propõe-se a topologia do nó borromeano para demarcar o percurso de seis incisões que trançam Real, Simbólico e Imaginário na constituição do efeito sujeito.

Palavras-chave: nó borromeano; psicanálise; topologia; constituição do sujeito.

Topology of the formation of the unconscious: the subject effect

Abstract: We propose the topology of the Borromean knot to mark the route of six incisions that braids Real, Symbolic and Imaginary in the constitution of the subject effect.

Keywords: Borromean knot; psychoanalysis; topology; constitution of the subject.

Responder à questão da fixação de uma estrutura capaz de permitir a transmissão de uma herança simbólica passa pela consideração da inauguração de um lugar de relações que amarram um organismo irreduzível, uma posição significante e uma consistência ideal, três heterogêneos que se deixam ler como uma coincidência que os sobrepõe num mesmo ponto. Para resgatar o cálculo da especificidade do laço que os aperta, serão distinguidas as urgências constrangedoras das incisões que permitem que, desse enlaçamento inaugural, faça-se um sujeito. A rota deste ponto mergulhado num espaço que lhe impõe alteridade radical será percorrida, considerando os deslocamentos que intervêm em sua deformação, traçando rupturas e continuidades, que marcam o

* Psicanalista, membro da Association Lacanienne Internationale; Doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP); Professora do Departamento de Psicologia da FAFICH/UFMG; e-mail: angelavorcaro@uol.com.br

caráter de sua constituição até que uma estrutura se destaque. Tal destacamento inclui a estrutura da qual partiu, sendo, entretanto, exclusiva, constituindo um precipitado singular.

Situar o alcance da distinção e da coincidência entre a consistência do ser, seu organismo e uma ordem transmissível implica considerar o suporte do nó borromeano, contando com a indicação de que a finalidade da topologia “é dar conta da constituição do sujeito” (LACAN, 1964/1988, p. 193). A topologia do nó borromeu mostra a maneira de operar com o espaço habitado pelo sujeito, implicando uma geometria tridimensional cujos pontos se determinam pela cunhagem de três círculos vazados, enganchados e inseparáveis, destacando a combinatória das relações que presidem a realidade psíquica. Esta topologia borromeana apresenta a medida comum que homogeneiza as três dimensões em que cada uma desempenha a mesma função de sustentar juntas as duas outras, ao mesmo tempo em que distingue, na literalidade **R, S, I**, a heterogeneidade destas: **R** - O real é isso em que o inconsciente se sustenta, portanto a coisa inapreensível, (*Há*). É obstáculo do qual nada pode ser deduzido; **S** - O que faz com que o real possa ser situável num lugar do espaço é o simbólico (*Há discernível*). O termo que o escreve em sua ausência, que lhe confere incidência no campo discursivo, sem o qual nada se diria, permite a veiculação cifrada que o envolve produzindo o deslizamento significante substitutivo deste inapreensível, coincidindo com ele, sem equivaler a ele: *há um*; **I** - O reflexo dessa coisa, pelo que a representação responde. O imaginário é a condição de representação desse ponto e de sua circulação, no que ele é parecido com outros e, portanto, dessemelhante a outros: *Há semelhança*. É o que lhe atribui uma relação definível, que o liga a outros, consistindo numa rede de semelhanças e dessemelhanças (LACAN, 1974-75 e MILNER, 1983, p. 7-12).

Estas três dimensões enlaçam-se. Supõe-se que estas dimensões sejam incessantes e indestrutíveis. É o que faz, de cada uma delas, um círculo: qualquer coisa jamais cessa de existir, qualquer coisa jamais cessa de se escrever e qualquer coisa jamais cessa de se representar. Elas coincidem num mesmo ponto numa relação de determinação recíproca que as constrange e as sustenta.

O nó borromeano é efeito de linguagem. O uso da palavra que permite enunciá-lo, distinguindo três sentidos definidos conceitualmente, traz à tona o caráter simbólico do nó borromeano. Entretanto, o nó borromeano não se reduz a uma metáfora. Na própria distinção de três registros, o caráter simbólico de sua enunciação aponta para o

limite da substituição de um significante por outro, já que o sentido de cada termo é elevado ao máximo admissível de seu desvio: o que faz deles três termos distintos é o impedimento da substituição de um por outro. O nó borromeano atinge o limite da metáfora, pois, diferenciando as letras R, S, I, mostra a impossibilidade da substituição de uma por outra, resistindo à redução hierárquica. Neste mesmo movimento em que o nó borromeano distingue três especificações, ele impede que essas sejam tomadas como círculos consistentes que encerram um conteúdo, pois cada círculo é vazado pelos outros, o que condena cada um ao constrangimento daqueles que o circundam: eles só consistem da ligação que têm entre si.

O nó borromeano é apresentável como imagem: uma representação planificada de três sentidos distintos. Mas o caráter imaginário que planifica a superfície do nó não o reduz a um modelo ou a uma imagem.

Enquanto escreve o que pode ser imaginado do real, o nó borromeano é um traço que suporta o real da linguagem, que dá ao nó a consistência real de uma matriz enodada que sustém juntos RSI. A escrita do nó cunha o furo em que cada dimensão se suporta. Cada uma das três dimensões é efeito dessa dupla ligação que a liga e a constrange às outras duas. O real do nó é esta *ex-sistência* definível enquanto relação de exterioridade inclusa de cada dimensão, em que o *fora* não é um *não-dentro*. Enfim, no nó borromeano, o traço circular de cada dimensão afirma a distinção que faz cada uma descontínua em relação à outra. Cada traçado circular delimita um interior vazado, portanto, um interior em alteridade radical com o traço circular que o bordeja, impedindo um funcionamento deslizante de um registro ao outro. Tal como a demonstração dada na manipulação das letras da linguagem matemática, a unicidade que o nó borromeano escreve implica a sustentação de três letras, num modo de atar que põe cada uma das três na mesma relação de um impossível desatamento (LACAN 1972-73/1982, p. 174).

Considerando que inventar não se reduz a imaginar (LACAN, 1974-75), realizaremos uma operação de corte sobre os três círculos atados no nó borromeano. Esse artifício é instigado pela afirmação de Lacan: “É bem por isso que é preciso fazer seis, a saber, esgotar a ordem de permutações duas a duas e saber antecipadamente que não se pode fazer mais, sem o que a gente se engana” (LACAN, 1973-74). Supõe-se, portanto, uma trançagem que perfaz “a trama da qual o sujeito é um determinado particular” (LACAN, 1973-74).

0. Da precedência simbólica ao sujeito

Consideramos uma posição zero, que precede o início do trançamento e que lhe dá condição de possibilidade. Trata-se do lugar em que o real do organismo neonato é inserido como existente na realidade psíquica do agente materno, equivalendo ao termo simbólico que o localizava no campo discursivo e à consistência da produção de sentidos capazes de qualificar esse organismo com os atributos que interpretam suas manifestações, supondo-lhes intencionalidade subjetiva. Dessa superposição real do organismo à posição simbólica investida imaginariamente pela alteridade de um agente, cunha-se uma regularidade de alternância, onde o diferencial que opõe tensão e apaziguamento é articulado numa experiência de satisfação, onde presença e ausência intercalam-se na automaticidade da resposta à manifestação da necessidade. A matriz simbólica, que se inscreve na diferenciação de dois estados, inaugura a condição de subjetivação. Nada há de sujeito nesse momento mítico: uma matriz simbólica acéfala, que permite a alternância tensão e apaziguamento, aproxima o organismo à consistência imaginária que lhe é suposta pela subjetividade materna. Distinguimos o organismo como algo de *real* para a mãe, a alternância entre os termos (tensão e apaziguamento) que o articulam a ela como *simbólica*, e a consistência dos sentidos em que o agente materno interpreta o organismo por encarnar-se qual falo, como *imaginário*. Foi o que nos permitiu planificar R, S, I como três linhas vizinhas e maleáveis, que sofrerão deformações contínuas.

i

s

r

O funcionamento simbólico acéfalo do organismo faz, assim, o leito estrutural necessário para a entrada em jogo do real. O caráter de alternância da relação presença/ausência que instala a sincronia estrutural da diferença sígnica complexifica-se nos valores sucessivos que o agente do Outro atribui às manifestações do ser ao qual responde. O grito, se ele é, para o agente, o signo de apelo ao apaziguamento ou à cessação do apaziguamento, mesmo ao se repetir idêntico, sem diferença fônica, avança na direção significante, uma vez que muda de valor a cada emissão (apelo à presença ou

à ausência). Entretanto, é a manutenção da alternância pela mãe (que quando presente torna o grito apelo à ausência da alternância e quando ausente torna o grito apelo à presença da mesma) que permite a “relação com a presença sobre o fundo de ausência e com a ausência na medida em que esta constitui a presença” (LACAN, 1956-57/1995, p. 186). O caráter dessa primeira relação constitui, na condição de falante do agente-suporte-da-linguagem, a função simbólica.

Na sua encarnação de agente materno que sustenta a alternância presença/ausência, o Outro simbólico se faz terceiro termo entre *infans* e o objeto da necessidade. O agente, que faz mediação significativa ao suportar a linguagem, é Outro simbólico, pelo qual o grito do *infans* torna-se apelo (do que é suposto sujeito, que se pode grafar como S), articulando, no acolhimento interpretado da necessidade, o endereçamento de um apelo que lhe concerne (S→A). A intromissão desse terceiro termo tornará logicamente possível o deslizamento metonímico. Tem-se a “posição zero do problema, a saber, a oposição, a instituição do símbolo puro de mais e de menos, presença e ausência, que nada mais é que uma posição objetivável da premissa do jogo” (LACAN, 1956-57/1995, p. 133). É a relação de mera diferença alternante que se sobrepõe em continuidade recíproca, que irá autorizar as propriedades que aí se inscreverão.

1. A fissura Real incide no Simbólico

O organismo pode ser caracterizado como um funcionamento simbólico presidido pela alternância que articula tensão e apaziguamento. Desde que a alternância não compareça nesse funcionamento, ele é afetado pela descontinuidade. A essa hiância nomeamos incidência do real no simbólico. Nesse esgarçamento da alternância presença-ausência, que perfura a matriz simbólica, situamos o primeiro movimento da trança, em que o real incide no simbólico. Pela retroação da incidência da metáfora paterna, pode-se distinguir aí a condição de possibilidade do recalçamento originário.

Na dupla mínima de termos em relação diferencial, a incidência da falta real do objeto da satisfação localizará um sistema de pontos singulares, posicionando a impossível automaticidade tensão-apaziguamento que o apelo registra, assumindo funções antes de ser percebido como tal e antes de se distinguir um eu e um não-eu. A articulação da criança no registro do apelo a situará *entre* a noção de um agente que

participa da ordem simbólica e o primeiro elemento de uma ordem simbólica – o par de termos opostos presença-ausência (mais-menos). Trata-se do tempo de atualização, na experiência, da estrutura mínima do significante, que agora incidirá no *infans* como real, traçando o recalque originário.

Esse enlace que amarra a origem da estruturação subjetiva desnaturalizará o Outro. O próprio efeito do funcionamento ritmado da alternância realiza uma decalagem que se inscreve entre os termos diferenciais, fazendo incidir uma lacuna, a alteridade real, na relação de alternância rítmica. O encontro faltoso que marca a exclusão de um dos termos diferenciais delimita uma fissura na alternância, pelo adiamento ou pela precipitação dos termos alternantes. Este momento em que a criança encontra a falta num dos termos da estrutura simbólica constituída na alternância, casal primitivo da articulação significante, desconecta a coisa de seu grito, elevando-o à função de demanda no grito-significante-da-coisa (representando o apelo do *infans* a um indefinível). Assim, o sujeito aparece no que lhe faz alteridade: no que o primeiro significante – o grito – incide como sentido, significante unário que, por só poder se prestar a intimar uma recuperação, não se faz equivaler a ela, apenas traça sua falta.

O objeto de satisfação só se esboça no simbólico ao emergir enquanto falta radical. Algo do Real vem ao saber, mantendo uma parte de sua verdade perdida, irrecuperável: “o que torna possível esta relação ao Outro, ou seja, que este ponto de onde surge, em que há significante, é aquele que, em um sentido, não saberia ser significado (...) é uma privação real que se manifesta e, como tal, pode ser reduzida” (LACAN, 1962-63).

Portanto, o que o faz surgir sujeito ao campo do Outro é desde já um significante binário, por articulá-lo (S_2) com o que se constitui aí, o que o teria satisfeito (S_1). É o que irá representá-lo (já afanizado) para qualquer resposta que aí incida, resposta que não será senão um significante a mais. O apelo é dissimétrico à falta; a resposta do agente é dissimétrica ao apelo. Um intervalo sustenta a margem do recobrimento que nada reverte ou anula. Na borda em que a resposta se efetua enquanto uma não-correspondência inversamente idêntica ao apelo, o intervalo diferencial mobilizará a repetição, fundando o desejo(d) que se articula na via da demanda desde que uma resposta qualquer incida aí.

Estas operações implicam a pulsão ($\$ \diamond D$), ou seja, o modo como a superfície do organismo vem a ordenar esse campo de forças, se colocando na dialética do sujeito

(LACAN,1975-76). O pedaço irrecuperável, fora da significantização, deslizará nos diferentes níveis da experiência corporal onde se produz corte. A dimensão pulsional institui uma ligação com a falta no Outro desejante, onde o objeto *a* se encarna como suporte. Afinal, o Outro é matriz de dupla entrada: o *objeto a* constitui uma entrada e o significante é a outra. O Outro se descompleta ao inscrever-se num ser, separa-se de sua própria inscrição, pois o ser torna-se especificado do inconsciente, num sentido impossível de dizer que faz o Outro incompleto. O sujeito só se lança na alienação se ela encontra seu complemento naquilo que a separação traz: promessa de ser pelo que falta ao Outro, desejo velado do Outro. O significante buscado pelo sujeito é um elemento que descompleta a bateria significante, ao mesmo tempo em que quer um gozo, “cuja falta faz o Outro inconsistente” (LACAN, 1960b/1966, p. 820). Pois o Outro, tesouro dos significantes, é requerido pelo sujeito a responder à demanda de gozo, onde teria conferido seu valor esperado. Mas o Outro só pode responder de um lugar inominável, onde seu gozo também está interditado, e lhe escapa.

Essa parte que pode ser tomada e largada da unidade corporal da criança introduz a surpresa da separação que a confronta ao desamparo da angústia e permite-lhe ceder uma parte de si mesma. A esta parte cedida, outros objetos farão suplência, veiculando algo da identidade do corpo que antecede ao corpo mesmo. Este objeto primeiro é um signo de laço com o Outro, mas do laço a ser rompido com o Outro, primeira forma que tornará possível a função do objeto transicional (LACAN, 1961-62).

A satisfação da pulsão é, assim, paradoxal – nenhum objeto da necessidade satisfará a pulsão. A singularidade de seu objeto pulsional é a de não estar jamais à altura da satisfação: “esse objeto, que de fato é apenas a presença de um cavo, de um vazio, ocupável, nos diz Freud, por não importa que objeto, e cuja instância só conhecemos na forma de objeto perdido, *a* minúsculo” (LACAN, 1964/1988, p. 170).

Portanto, o ser vivo que funcionava na economia da tensão mínima do prazer é marcado na eventualidade casual pelo desvio do traço unário, onde todo apaziguamento se contesta pelo gozo apreendido em sua dimensão de perda. Nesta denotação precisa do traço unário, a repetição comemora uma irrupção do gozo, em que o prazer é violado em sua regra e em seu princípio, cedendo “ao desprazer que não quer dizer outra coisa senão o gozo” (LACAN, 1969-70/1992, p. 73). Esta busca de identificação do gozo, função do traço unário, dá origem ao saber como significante, nos termos mais elementares em que um significante enlaça outro, articulando que um significante

represente a visada de gozo para outro significante, que repete sua perda. Engendra-se aí o radical do S_2 que repete S_1 representando a falta em gozar que escande, pelo significante, o saber.



2. O Imaginário recobre a hiância real no simbólico

A hiância real, que faz do grito um significante do apelo no sujeito inconstituído, e da resposta um significante que não basta, abre a realidade à significação da coisa, na diversidade das objetivações a serem verificadas, da mesma coisa: o que *havia* aí, dado prontamente (*estava lá e não está mais*), não está (*um pouco mais ele estava por haver podido estar lá*), desaparece como significante. A possibilidade que o *tempo verbal imperfeito* permite, ao articular simultaneamente dois momentos (instante anterior e instante posterior) fixa, no ser, uma falta a buscar significância.

A superação desse esgarçamento exigirá o retorno da equivalência à situação anterior, a partir do que permite a substituição de cada objeto concreto oferecido para a satisfação, mas estes não possibilitam o reencontro do gozo pleno supostamente havido. A criança situa o agente da privação sofrida na alteridade materna e, portanto, localiza nela a possibilidade de satisfação, supondo nela o saber sobre seu gozo. Assim, a falta real no simbólico é recoberta com a imaginarização do agente materno. Os objetos oferecidos à satisfação tornam-se signos, simbolizam a imaginada onipotência materna. Sob a sustentação desse campo simbólico bem mais vasto, o imaginário recobre a falta real. Temos assim o segundo movimento da trança, em que

O desejo se esboça na margem onde a demanda se destaca da necessidade: esta margem sendo aquela que a demanda, cujo apelo só pode ser incondicional, no lugar do Outro, abre sob a forma do defeito possível que aí pode trazer a necessidade, por não ter satisfação universal (o que se chama: angústia). Margem que, por linear que seja, deixa aparecer sua vertigem por pouco que ela não seja recoberta pelo pisoteio de elefante do capricho do Outro. É este capricho, entretanto que introduz o fantasma da onipotência não do sujeito, mas do Outro onde se instala sua demanda (...) por uma simetria singular, ele [o desejo] inverte o incondicional da demanda de amor, onde o sujeito permanece na sujeição do Outro, para levá-lo à potência da condição absoluta (onde o absoluto quer dizer também desprendimento) (LACAN, 1960b/1966, p. 814).

O fantasma da onipotência do Outro situa, na retroação, o agente da possibilidade de satisfação da demanda como agente da falta da saciedade. O Outro real, constituído do funcionamento simbolizante, pode ser tomado agora imaginariamente, é o Outro imaginarizado como o privador da única coisa pela qual a demanda seria satisfeita. A contingência faz-se arbitrariedade da resposta materna e qualifica a tomada imaginária do agente materno como onipotente, pois parece só responder a seu critério. É o que o focaliza como exterior ao apelo. O que era efeito da resposta ao grito da necessidade obriga o deslocamento do gozo esperado para a demanda de um dom que articula a possibilidade da coisa perdida. O agente materno é imaginarizado como todo em potência, detentor de dom (LACAN, 1960a/1966, p. 660-1).

Esta ficção de complementaridade da criança pelo dom materno não se sobrepõe à reincidência do *gap* no confrontamento das duas demandas, é rasgão que insinua a discordância do fracasso do encontro, conflito que permite que o desejo transborde a demanda e se faça insaciável. A não-extinção da demanda numa satisfação salvaguarda o desejo.

O fantasma se introduz com a possibilidade de imaginarizar o Outro, dando-lhe forma, atribuindo-lhe um corpo: “É mais que um ato de enunciação, é um ato de imaginação. Isto suscita nele uma manobra da função imaginária e de um modo necessário esta função se revela presente tão logo aparece a frustração” (LACAN, 1962-63/2005, p. 55). Nesta realização imaginária do Outro materno, o sujeito é fisgado em sua condição mesma de falta, que o faz falta no Outro, pois a demanda evoca sua forma transposta segundo uma inversão: a demanda de ser alimentado é resposta ao Outro que demanda ao *infans* deixar-se alimentar. Desta interface da mesma superfície, um enigma se distingue nas voltas da demanda, no interrogante o *que queres?* ([DM/x?]: sob a demanda materna [DM] há uma incógnita [x]). O Outro que ganha corpo na equivalência ao agente materno ocupa posição e confere lugar ao *infans* na estrutura. Portanto, é como Outro que o homem deseja. “Eis porque a questão do Outro que retorna ao sujeito do lugar onde ele espera um oráculo, sob a forma de um *Che vuoi? que queres?* é aquela que conduz melhor ao caminho de seu próprio desejo” (LACAN, 1960b/1966, p. 814-5).

Oferecer-se ao funcionamento do circuito é engajar-se na posição de *alguma coisa* opaca a que ele se resume, um *nada* que pontua sua posição de objeto, valor que

precede sua subjetivação, constituído no movimento circular sempre repetido da demanda que atinge o contorno do objeto do desejo. Ao apresentar seu corpo ao Outro desejante, cede na busca do recobrimento do objeto do desejo, mas, sendo sempre distinto, mantém-se significante indeterminado. Sua subjetivação se faz, portanto, formatada em significante do desejo do Outro, significante ao qual não equivalerá. Apagado do ser pelo simbólico, o sujeito capturado se torna dependente do significante, excluindo-se do campo da linguagem que o determina como barrado. O significante é substituto que não recobre o gozo, sustentando um resto: falta de saciedade plena, falta de qualquer coisa que instaure um dano imaginário – frustração, que incide sobre isso de que é privado quando esperava receber o que era pedido.

Tal ponto radical do encontro faltoso é marca a partir da qual o fantasma (grafado $\$ \Delta a$) tecerá a tela que dissimula este primeiro determinante, na repetição. A representação imaginária que incide sobre a mãe será, assim, o lugar-tenente que envelope e esconde o real que a comanda, alienando nas modulações da repetição seu sentido inominável. A falta, o real que não responde, não é o agente materno. É aquilo que tem, para a criança, o caráter de uma *automutilação*. É algo que se separa dela, a partir do qual “a ordem da significância vai se pôr em perspectiva” (LACAN, 1964/1988, p. 63).

O Outro que se revela imaginariamente à criança é imagem fundadora de seu desejo, e dá o sentido e a função da frustração. Se o Outro constituiu, na privação, a condição para a origem do desejo da criança, na imaginarização ele se configura como identificação a uma imagem tomada na potência totalizadora que o antecipa, recobrando sua condição ainda inconstituída (LACAN, 1936/1966, p. 93-94).

É o que faz com que a imagem detenha o ideal: “o ideal do eu como modelo, o eu-ideal como aspiração. (...) cujas fronteiras (...) devem ser tomadas como suportando a incerteza e permitindo a retificação, como perpetuando o equívoco de circunscrições diferentes, segundo seus estatutos, mesmo admitindo em seu complexo, zonas evasivas e feudos encravados” (LACAN, 1960a/1966, p. 672-3). Aí, o *objeto a* é o expoente de uma função que o sublima antes que o sujeito a exerça, função de índice elevado sobre uma ausência que está lá, sob angústia de desaparecimento, mascarado no imajar de um jogo de imagens. O desejo aparece na superfície do espelho dando a forma ilusória em que se constitui como um Outro. As insígnias do Outro, a senha do desejo do Outro é a

anterioridade da borda do espelho que assegura ao sujeito uma posição imaginária, de onde constitui o ideal-do-eu e permite referenciar-se para obter a miragem do eu-ideal.



3. A demarcação Simbólica do Imaginário

A mãe imaginada onipotente deixa pressentir-se afetada em sua potência, por demandar à criança o que é inapreensível a essa. Duas faltas se recobrem sem reciprocidade. À demanda do Outro, a criança tenta determinar o desejo que a sustém e se posiciona como termo que o contempla, ocupando o lugar fálico a que pode supor equivaler. Seu recurso é dar o que tem. A insuficiência do imaginário é efeito da incisão simbólica que sustenta o desejo por meio dos deslizamentos na busca do que falta à mãe, e da falta no que é dado pela mãe. O perfil da estrutura simbólica está traçado porque a criança pressente o falo constituindo uma falta na mãe que ela não consegue recobrir, mas que ela supõe preencher como significação. Efetua-se aí o recalçamento originário. Enquanto imagem negativa é simbólica, porque é falta que poderia existir, ou seja, incide como significante no imaginário. Nos modos de a criança lidar com a falta, o simbólico demarca a posição da criança em relação ao desejo. Esse movimento se sustenta do que atinge a mãe: a insuficiência que a mantém desejante. Portanto, neste terceiro movimento, o simbólico recobre o imaginário: a criança propõe-se como falo, tentando determinar seu desejo, encarnando-se como termo simbólico que equaciona a falta pressentida na mãe. Mas o pilar é frágil e sem saída. Oferecer-se como falo ao desejo materno é fazer-se de objeto e anular-se como desejante.

Como real, a criança permanece irreduzível apesar de assumir, para a mãe, a função simbólica de um imperativo imaginário. A criança é substituto metafórico (do seu amor pelo pai) ou metonímico (do seu desejo de falo), compensação ao que falta essencialmente à mulher. Para o impasse de seu desejo, ela tentará conformá-lo ao que,

na demanda da criança, localiza um sujeito desejante que assim sanciona, sustenta o desejo materno: neste tempo, a demanda de um é o desejo do outro.

Há, nesta relação, um duplo engodo. A condição opaca de falta escapa à criança que não pode senão engajar-se, oferecer-se com seu ser numa mobilização de ensaios de resposta a essa questão, onde se tece o fantasma de ser o campo de gozo para o agente materno, insistindo em comparecer mascarada de Outro absoluto daquele, tal como insiste em supor o Outro todo em potência, “a forma dominante maior de toda possessão, a possessão contemplativa, a desconhecer aquilo do que se trata, uma miragem de potência” (LACAN, 1962-63/2005, p. 308). A opacidade do que a criança encontra no lugar do Outro, como desejo, é sobreposição determinada à opacidade da própria perda que a divide. Operando com sua própria perda, para preencher-se no que lhe retorna ao responder, engaja-se a si mesma enquanto objeto que poderia faltar ao Outro.

A posição de falo imaginário, a que buscará aderir ao camuflar sua própria hiância, é o operador que produz o *objeto a* no furo que impõe ao sujeito o corte, fazendo-o rejeitado no fragmento irreduzível do seu ser. É o que introduz a criança no enigma do agente materno, colocando-se alienada ao agente como meio de assegurar-se do que este deseja. Ao mesmo tempo, é aí que o *moi* encontra sua estabilidade.

O desejo da criança passa pelo estado da demanda endereçando-se de modo articulado a seu objeto primordial, onde submete seu desejo à lei do desejo da mãe. Por outro lado, a criança enquanto falo para a mãe tem um estatuto metonímico – o além do seu desejo também lhe é inacessível. É enquanto a criança já tem simbolizada a demanda que ela endereça à mãe, se fazendo valer diante do objeto materno. O eu da criança, que emerge latente nas suas articulações de fala, ainda em formação, depende da articulação significante produzida pela mãe. Afinal, não há coextensividade exata, simultaneidade do desejo, enquanto ele se manifesta, e do significante, que lhe responde. Isto jamais acontece porque é da natureza e do efeito do significante a transformação do desejo, sua refração que faz com que o desejo seja encurralado, chegando com significado diferente do que tinha na partida. No intervalo da passagem do desejo pela cadeia significante, introduz-se uma mudança essencial que faz a dialética do desejo depender de sua articulação numa cadeia significante. É daí que a criança recebe, sob a forma de uma mensagem, aquilo que é a mensagem bruta do desejo da mãe. Recebe, assim, em nível metonímico sua identificação ao objeto da mãe.

A criança assume, na realidade do discurso materno, o desejo da mãe e, por tomar lugar na metonímia da mãe, encontra-se assujeitada à lei da mãe. Mas essa lei da mãe, para a criança, é, neste momento, uma lei incontrolável: há lei na medida em que qualquer coisa de seu desejo é completamente dependente do que já se articula como da ordem da lei – mas essa lei se situa completamente no sujeito que a suporta: nas nuances do querer ou não querer da mãe.

É onde incide a vacilação, pois, pelo reviramento pulsional, ela encontra, no retorno da precipitação identificatória, discordância de si mesma para com o apetite do olho do Outro, que se trata, nessa identificação, de alimentar.

Afinal, a mãe está submetida ao simbólico, é sustentadora dessa incidência. É o que implica que a criança a localize como instância da lei. O falo é imaginário, o objeto é metonímico. A interdição está velada, mas a metáfora paterna age em si, pela existência do símbolo, do discurso e da lei.



4. A Fissura real da equivalência simbólica criança-falo

Essa posição de signo não se sustenta. Por mais que a criança se dê, ela não é o falo. E se pode supor-se ser, ela não tem como defender-se, será engolida e anulada. Por esta via, a criança precisa buscar algo que a defenda do desejo materno. É o que a obriga a deparar-se com um existente real que priva e interdita a mãe. A criança constata que há um constrangimento que incide nelas, obstáculo intransponível entre criança e mãe, o insuperável Outro do outro. Nesse quarto movimento, realiza-se, portanto, o esgarçamento real do simbólico que repete, na trama complexificada, o primeiro movimento; e, ainda, integra todos os outros, na ordem que a enumeração fecha.

Uma nova hiância que sempre esteve incidente é reaberta porque sobrevém à descoberta do genital que introduz a masturbação e a entrada em jogo de um gozo mal

assimilado, entrevisto, passível de ser suposto por ser barrado pelo Outro. Isto impõe à criança o impedimento de imaginarizar-se como é imaginarizada, porque se faz existir como real, fundamentalmente diferente e ainda sob o risco de ser rejeitada pelo que é, fazendo diplopia à imagem a que buscara aderir. Rompe-se o paraíso do engodo, onde a criança se molda para a mãe, pela intervenção do genital, que encurrala a criança. No material que se oferece em relação ao seu próprio corpo, a criança encontra o real para alimentar o simbólico: “a partir do momento em que ela existe também no real, não há mais escolha. É então que ela vai se imaginar como fundamentalmente diferente daquilo que é desejado, e como tal, rejeitada no campo imaginário” (LACAN, 1956-57/1995, p. 250). Na intervenção da pulsão genital, aparece o descolamento que aprisiona a criança à sua própria armadilha, que a suspende a um tempo em que não sabe mais onde está, presa de discordâncias que a confrontam à hiância que existe entre satisfazer uma imagem e o real que pode apresentar, que é miserável e desdenhado. É desta perspectiva que se instala o ponto crucial que toma a base da angústia de castração – a apreensão, no real, da ausência de pênis na mulher, apoio eficaz para realizar que há uma parte dos humanos que é castrada e estabelecer a diferença sexual.

Essa constatação de que a mãe é privada de falo implicará o bordeamento do objeto no real: indicando que algo não está ali, supõe sua presença possível, perfurando assim a ordem simbólica com o real (LACAN, 1957-58/1999). A mãe finalmente é apreendida como marcada por esta falta fundamental que a criança já preenchia com seu ser antes de poder formular o que a completava, e que, mesmo desconhecendo-se, esperava também completar-se. A *criança que diferencia os sexos* está agora despossuída da imagem fálica que realizou, e constata a distância que a separa da imagem amada que até então supunha ser. Alguma coisa é desejada pela mãe, algo a que a criança sabe não coincidir: há na mãe um desejo outro, há na mãe manifestações de que a criança é inconveniente e isto basta para mostrar à criança que, aquilo que ela antes supunha ser, é insuficiente e discordante. A criança angustia-se porque é presa do Outro imaginário: não sabe manter-se aderida à imagem fálica imaginária e, mais, ainda, isso implica perder tudo o que é. Mesmo que seja propriamente insuficiência, sustentar tal engajamento é apagar-se ao que sabe não ser. O falo aparece agora onde ele está, é falta, é $-\phi$ (LACAN, 1962-63). Portanto, a criança tropeça na constatação – à mãe falta. E ainda isso implica um risco, pois a mãe pode ser insaciável. O simbólico demarca a posição da criança em relação ao desejo, nos modos em que poderá lidar com a falta e o

encurralamento que lhe é correlato. Nesta medida, as estacas do curral por onde a criança circula são as da repulsa de ser o falo (onde a angústia de devoração produz o significante fóbico), ou na sedução do falo (que o significante fetichista substitui), demarcando os pólos opostos do trânsito possível. Nos dois pontos extremos do estiramento da rede e em toda sua extensão, o sujeito produz metonimicamente o simbólico.

A criança tem aí instrumentos para questionar sua identificação fálica imaginária que implica renunciar a *ser* o objeto do desejo materno. O desejo do Outro toma aí valor de sinal que se ilumina no lugar que se pode chamar de *eu* do sujeito, mas concerne ao *ser* pondo-o em questão, anulando-o ao real, interrogando a criança desejante (LACAN, 1962-63/2005). A angústia, sinal do defeito do apoio à falta, é vivida como o desejo da mãe se exercendo na direção da criança, em sua insaciável voracidade. É a possibilidade de o sujeito equivaler ao objeto do desejo materno, em plena aderência ao falo imaginário (ϕ), que revela ao sujeito que ele pode perder-se aí.



É deste lugar que o sujeito opera o fantasma, sustentando-se no nível de seu desejo evanescente, onde se coloca como diretor de cena de toda a captura imaginária, ou seja, para além do que o manteria como um fantoche vivo, preso às cordas que outro manipula (LACAN, 1958/1966, p. 637). Na constatação da privação na mãe, a criança situa que há interdição que as faz, a ambas, afetadas pela falta do falo. Isto que a mãe não tem vem à luz projetado em símbolo. A criança tem que aceitar, registrar, simbolizar, enfim, dar significante a essa privação de que a mãe testemunha ser objeto. Para além do desejo materno, a falta incidente é situada inicialmente a partir daquilo que priva a mãe do objeto fálico de seu desejo. Onde a potência materna fura, aponta a falta na criança.

5. O recobrimento imaginário da interdição real

O obstáculo intransponível entre criança e mãe será tratado pela criança no mito da onipotência paterna. O caráter de pai real que o faz perdido é reencontrado imaginariamente, personificado em pai imaginário mitificado em sua onipotência que, apesar de terrível, defende-o da voracidade materna ilimitada. Toda a transição mítica que articula a idealização, o temor e a agressividade é aí produzida. Nesse quinto movimento, cuja estrutura repete com outro elemento o segundo movimento, perfaz-se o recobrimento imaginário do pai real.

O privador da mãe se perfila atrás da relação da mãe com o objeto de seu desejo – trata-se do algo que priva a mãe. A partir de agora, aquilo que estava fora do sujeito, vai intervir enquanto um personagem mitificado. É a partir da apreensão da castração materna que o pai imaginário chegará à criança, pelo fato de que ele pode portar uma interdição, numa posição, portanto, maçante, bruta, porque ele é o que interdita a mãe e a criança como objeto, e não é simplesmente uma assombração por seu volume: o desejo da mãe é de um Outro. Torna-se, portanto, um legislador que faz obstáculo entre a criança e a mãe. A criança, que estava encurralada na relação com o desejo da mãe em que supor-se desejo de desejo era risco de sua perda, situa a intervenção, junto à mãe, do testemunho do grande Outro, produzindo a presença de um termo que até então não estava em jogo – alguém que pode responder em qualquer situação, que o trunfo maior, o falo verdadeiro, é ele quem é. A mãe funda o pai como mediador de qualquer coisa que está além dela e de seus caprichos, a lei como tal.

Esta interdição tem caráter real, demonstrado como limite insuperável; invadindo do exterior o campo onde os significantes são metonímicos, jogam a relação imaginária. O caráter de pai real da interdição, que o faz perdido, será reencontrado imaginariamente, ao assumir, para a criança, a personagem do pai imaginário em sua onipotência terrificante, erigida sobre o símbolo da paternidade. Esta personagem introduzirá, no sujeito, a possibilidade de simbolizar a perda, através da constituição do imaginário. Trata-se dos mitos construídos sobre o pai, considerado como o que *priva* a mãe deste objeto: “é preciso que o pai real jogue verdadeiramente o jogo. É preciso que ele assuma sua função de pai castrador, a função de pai sob sua forma correta, empírica, diria quase degenerada, sonhando com o personagem do pai primordial e a forma tirânica e mais ou menos horripilante sob a qual o mito freudiano a apresentou para nós” (LACAN, 1957-58/1995, p. 374). O pai toma caráter imaginário enquanto terrificante – priva-a de ser o que falta à mãe –, privação real de um objeto simbólico.

Nessa escalada do processo do imaginário ao simbólico, a criança percorre uma série de transições míticas onde confronta o esboço do sistema simbólico que estruturava sua relação anterior até a fixação de uma constelação estável que implica o simbólico. Percorre circuitos em que a função de simbolização do imaginário seja atingida, produz fomentações míticas onde os elementos representativos têm funções relativas, permitindo integrar ao sistema algo que antes do percurso era irreduzível. Movimento giratório do significante, em que, numa combinatória, os elementos capturados imaginariamente se articulam, remanejando o campo, agora repolarizado, reconstituído, para completar as hiências de uma significação perdida, na função de criar a verdade que está em causa.

Nesse processo, na medida em que o pai real é encarnado imaginariamente, ele faz obstáculo irreduzível. Trata-se do ponto nodal pelo qual a mãe está submetida à lei que lhe é exterior. O *não* que se transmite é mensagem sobreposta à mensagem que a criança espera da mãe. Mensagem de interdição que estoura a posição de assujeitamento, por permitir pôr em questão o objeto de desejo da mãe. Ainda não revelada, a lei intervém como ato, no discurso da mãe, que é o único veículo para a inscrição no psiquismo da palavra do ancestral, o único representante da inscrição da sanção da função do pai. Trata-se do que interdita, ao mesmo tempo, à criança (*não dormirás com tua mãe*) e à mãe (*não reintegrarás teu produto*).

A interdição impede que o circuito se refeche, já que o encontro esperado do desejo da mãe escapa completamente. Esta etapa transitória que desaloja a criança da posição ideal (na qual mãe e criança poderiam se satisfazer caso preenchessem metonimicamente a função de objeto de desejo) é o que permite que a criança estabeleça uma terceira relação. O agente paterno, que é o portador da lei, é o mesmo que possui soberanamente o desejo materno.

A constatação da castração materna é a intervenção por onde poderá vir a ser introduzida efetivamente a ordem simbólica, onde o reino da Lei mostrará à criança que ela não tem chances de ganhar. Não se trata, portanto, de metamorfose natural, mas de uma necessidade de estrutura – a Lei que dá sentido e que em todo o exercício do jogo esteve latente: “A instituição de uma lei ou de uma regularidade concebida como possível, aquela que propõe a parte oculta do jogo, escamoteia-a, a cada instante, do outro, ao mesmo tempo em que sugere a ele o seu nascimento” (LACAN, 1957-58/1995, p. 134).



6. O laço da metáfora – O Simbólico incide no Imaginário

A exaustão combinatória da articulação das formas da impossibilidade de ser o falo materno esgota a permutação da relação imaginária da criança com o real. Produz-se a metáfora paterna, o sexto movimento da trança, em que o simbólico recobre o imaginário. O falo imaginário é dissipado, posto fora de jogo e substituído por uma unidade de medida que regula as relações entre desejo e lei, conferindo-lhes uma lógica. Ao poder supor um saber ao pai, aquele que é capaz de dar à mãe o que ela deseja, a criança o situa no lugar em que *ao menos um* sabe o que ela quer. A criança encontra o termo simbólico que faz barragem à posição de equivalência fálica e cria algo mais: o título virtual que sustentará a sua identificação ao elemento mediador do campo simbólico que estrutura a orientação da relação à alteridade. O sexto movimento, portanto, faz reincidir no simbólico o que, no terceiro movimento teve caráter imaginário. É possível agora tomar o pai em sua função verdadeira – o que une o desejo à lei. O falo é tomado como simbólico.

Isto indica a aniquilação da alienação na qual a criança estava engajada e a conquista do caminho por onde nela se deposita a inscrição metafórica. A passagem do – $-\phi$ (pequeno phi) da imagem fálica ao simbólico positiva-o, mesmo que preenchendo uma falta. “Por mais suporte que ele seja do (-1) ele torna-se Φ (grande phi), o falo simbólico impossível de negativizar, significante do gozo” (LACAN, 1960b/1966, p. 823).

Uma constituição simbólica é, portanto, conferida ao falo, “o lugar do ponto morto ocupado pelo pai, na medida em que, já morto. (...), este é o ponto onde tudo o que se enuncia torna a passar por zero, entre o sim e o não. (...) Numa palavra, a lei, para

se instalar como lei, necessita como antecedente a morte daquele que lhe serve de suporte” (LACAN, 1960-61/1992, p. 289).

Fixa-se, portanto, um dado irreduzível: o significante fálico torna-se central na realidade psíquica, é traço que elide a posição que até então referenciava a criança, alocando-a numa significação a ser decifrada, um x que lhe permite interrogar-se sobre sua significação, fazendo-se efetivamente desejante. A castração substitui, assim, numa perspectiva mais fecunda e dialética (ao pai pode-se rivalizar, assassinar, identificar), a alienação materna que lhe antecede. Assim, antes que houvesse nome no lugar do Outro (LACAN, 1963/1986, p. 26), o sujeito estava subsumido ao significante fálico do desejo da mãe. O pai simbólico vem, através do significante Nome-do-Pai, operar a substituição do desejo da mãe. É sob o Nome-do-Pai que o vazio da significação do pai real se instaura, permitindo à criança mobilizar seu desejo de sujeito. A função paterna é experiência de ordem metafórica, enquanto substituição que mantém ao mesmo tempo o que é substituído, tensão entre o que é abolido e o que o substitui.

A metáfora paterna é constituída de uma simbolização, substituição do pai, enquanto significante, no lugar do desejo a mãe. Aí, o ponto pivô, o nervo motor essencial é o “*no lugar de*”, mola mestra do progresso que permite à criança, efetivamente, situar-se, inserindo-se numa posição no campo simbólico.

Trata-se de recalque: a perda simbólica de um objeto imaginário aliena, por meio da metáfora paterna, o significante do desejo à linguagem. Ao desejo de ser, a criança substitui o desejo de ter. As substituições implicadas nos desdobramentos de sua demanda mantêm a insistência do desejo – que não cessa de não se inscrever na repetição. Cativo à linguagem, o sujeito só pode manifestar seu desejo recalcado no limite do significante, onde as substituições significantes metonimizam o ser do sujeito (real), através da demanda (simbólica) dos objetos substitutos que poderiam realizá-lo (imaginário).

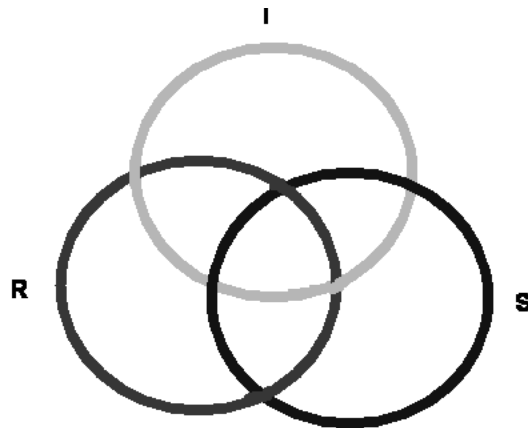


Entre a experiência da atribuição fálica e a sua significação temos o lapso que a trança percorre, lapso não apenas enquanto contingência temporal como também enquanto formação do inconsciente, na estrutura temporal reversiva em que a castração retroage ao recalçamento originário para lhe conferir significância, no *après-coup* que promove a articulação circular mas não recíproca. Portanto, se essa trança ordena a estruturalidade de um sujeito constringido pelas dimensões Real, Simbólico e Imaginário, seus movimentos não se superam, eles se mantêm no constringimento que os enlaça. O que foi considerado no trançamento como linhas implica a retroação que lhe confere sua condição circular.



Afinal, as três dimensões se repetem, incessantes e indestrutíveis, fazem coincidir lei e desejo numa determinação recíproca que constringe e sustenta, no sintoma e no fantasma, as condições de gozo de um sujeito, ou seja, sua realidade psíquica, orientada pela versão paterna. Por isso, o nó borromeu não é a norma para a relação de três funções. R, S, I só incidem num exercício determinado pela versão da nomenclatura paterna, ou seja, o nó borromeano é sempre pai-vertido. O constringimento que os mantém ligados é sempre enigmático.

Essa tripartição tracionada pela relação que a sustém aloca o *ponto central*, no qual se encurralam os cruzamentos de R, S, I, demarcando a causa vazia da realidade psíquica do sujeito: o objeto que viria satisfazer seu gozo mantém-se alhures, é um objeto insensato. Atribui-se a tal objeto uma letra. “Tudo que é sujeito, sujeito de pensamento que se imagina ser Ser, é determinado pelo **a**” (LACAN, 1974-75).



O objeto *a* só é reconhecível pelos resíduos de seu esfacelamento em objetos pulsionais identificáveis corporalmente como manifestações do corpo: “É enquanto substitutos do Outro que esses objetos são reclamados e se fazem causa do desejo” (LACAN, 1972-73/1982, p. 171). A insuficiência que qualquer gozo que venha em suplência implica é constrangimento imposto pelo objeto *a*, enquanto o inatingido gozo *a* mais (*mais-de-gozar*), alocado no exterior mais central da escrita do nó borromeo.

Referências bibliográficas

- LACAN, J. (1936/1966) “Au dela du principe de la réalité”, in *Écrits*. Paris : Seuil.
- _____. (1956-7/1995) *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1957-58/1999) *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1958/1966) “La signification du phallus”, in *Écrits*. Paris : Seuil.
- _____. (1960a/1966) “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache”, in *Écrits*. Paris : Seuil.
- _____. (1960b/1966) “Subversion du sujet et dialectique du désir dans l’inconscient freudien”, in *Écrits*. Paris : Seuil.
- _____. (1960-61/1992) *O Seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1961-62) *Le Séminaire, livre IX: l’identification*. Inédito.

_____. (1962-63/2005) *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1963/1986) “Os nomes do pai”, Seminário de 20/11/63, in *Che vuoi?*, ano 1, no 2. Porto Alegre: Cooperativa Cultural Jacques Lacan.

_____. (1964/1988) *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1966/1976) “Da estrutura como intromistura de uma alteridade, prévia a qualquer que seja o sujeito”, Congresso de Baltimore, in MACKSEY, R. & DONATO, E. (orgs.) *A controvérsia estruturalista*. São Paulo: Cultrix.

_____. (1969-70/1995) *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1972-73/1982) *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1973-74) *Le Séminaire, livre XXI : Les nons dupés errent*. Inédito

_____. (1974-75) *O Seminário, livro 22: RSI*. Inédito.

_____. (1975/1988) “Conferencia en Ginebra sobre el sintoma”, in *Intervenciones e textos 2*. Buenos Aires: Manantial.

_____. (1975-76/2007) *O Seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MILNER, J-C. (1983) *Les noms indistints*. Paris : Seuil.

POMMIER, G. (1992) *A neurose infantil da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VORCARO, A. (1997) *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.

Recebido em 05/02/09

Aprovado em 22/03/09